

Catavento
Cultural e
Educativo

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores do
Catavento Cultural e Educacional
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Catavento Cultural e Educacional “Entidade”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Catavento Cultural e Educacional em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Flávio Gozzoli Gonçalves', written over a light blue grid background.

Flávio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Catavento Cultural e Educacional

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Recursos vinculados a projetos	5	14.936	11.507	Fornecedores		63	110
Outros créditos		436	419	Projetos vinculados a executar	7	11.338	9.759
Despesas antecipadas		<u>48</u>	<u>47</u>	Salários, férias e encargos sociais		1.888	1.805
Total do ativo circulante		<u>15.420</u>	<u>11.973</u>	Outras contas a pagar		<u>1.050</u>	<u>119</u>
Depósitos judiciais		19	18	Total do passivo circulante		<u>14.339</u>	<u>11.793</u>
Imobilizado	6	5.447	5.849	Obrigações com o Estado e doações de bens a apropriar - Imobilizado	7	5.612	6.032
Intangível		98	116	Contingências	8	<u>1.100</u>	<u>198</u>
Biológico		<u>67</u>	<u>67</u>	Total do passivo não circulante		<u>6.712</u>	<u>6.230</u>
Total do ativo não circulante		<u>5.631</u>	<u>6.050</u>	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	10	<u>-</u>	<u>-</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u><u>21.051</u></u>	<u><u>18.023</u></u>	Total do passivo		<u><u>21.051</u></u>	<u><u>18.023</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catavento Cultural e Educacional

Demonstrações de resultados

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receitas operacionais			
Recursos do contrato de gestão		46.049	44.690
Rendimentos financeiros - projetos com restrição		<u>1.312</u>	<u>2.058</u>
Voluntários	11 3.k	<u>47.361</u> <u>11</u>	<u>46.748</u> <u>8</u>
Total		<u>47.372</u>	<u>46.756</u>
Despesas operacionais			
Atividades culturais			
Despesa com pessoal	12	(27.334)	(28.715)
Despesas gerais	13	(12.787)	(11.731)
Depreciação e amortização		(2.458)	(4.062)
Contingências		(1.031)	(157)
Patrocínios e gratuidades recebidas	14	(3.390)	(1.544)
Voluntários	3.k	<u>(11)</u>	<u>(8)</u>
Resultado antes das despesas financeiras		(47.011)	(46.217)
Despesas financeiras		<u>(361)</u>	<u>(539)</u>
		<u>(47.372)</u>	<u>(46.756)</u>
Resultado do exercício		<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catavento Cultural e Educacional

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes:	-	-
	<hr/>	<hr/>
Resultado abrangente total	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catavento Cultural e Educacional

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2016	-	-	-
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-
Resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Catavento Cultural e Educacional

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	2.458	4.062
Contingências	960	91
Variação nos ativos e passivos		
Redução / (aumento) nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(3.429)	5.366
Outros créditos	(17)	(21)
Despesas antecipadas	(1)	(5)
Depósitos judiciais	(1)	8
(Redução) / Aumento nos passivos em		
Projetos vinculados a executar e obrigações com o Estado	1.159	(8.314)
Salários e provisão de férias e encargos sociais	83	(424)
Fornecedores e outras contas a pagar	884	129
Pagamento de contingências	(58)	(72)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>2.038</u>	<u>820</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.058)	(834)
Baixa imobilizado e intangível	19	14
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>(2.039)</u>	<u>(820)</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		-
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Catavento Cultural e Educacional, também denominado “Catavento” ou “Entidade”, é uma Entidade Civil sem fins lucrativos constituída em 8 de março de 2007 e qualificada como organização social no âmbito da cultura através do processo nº SC-487-2007 em 16 de maio de 2007.

A Entidade tem objetivos de natureza sócio-educativas e culturais, consubstanciados na criação de espaços culturais e educacionais no Estado de São Paulo, notadamente os desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Cultura.

Para cumprimento de seus objetivos, a Entidade poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades:

- Criar e gerir espaços culturais e educacionais que promovam o conhecimento geral, a ciência, o espírito criativo, a saúde e boas atitudes sociais entre as crianças e os jovens, através de instalações interativas e diversificadas segundo as suas finalidades;
- Desenvolver estudos e pesquisas sobre crianças e jovens.
- Promover atividades educacionais na comunidade, em conjunto com entidades públicas e privadas;
- Manter intercâmbio com outras instituições que atuam no âmbito da educação, cultura e arte;
- Realizar, incentivar, patrocinar e promover eventos, congressos, simpósios, treinamentos, cursos e exposições.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 21 de fevereiro de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota 8 - Provisões para contingências.

e. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 15 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

Recurso vinculados a projetos

Os recursos vinculados a projetos abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento e aplicações financeiras.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

c. Ativos biológicos

Os ativos biológicos foram contabilizados conforme o valor de mercado, e estão compostos por animais vertebrados e invertebrados, sendo 10 peixes e 21 corais, no montante de R\$ 67 (R\$ 67 em 2016), que constituem os aquários que encontram-se expostos no Museu. Anualmente será realizado uma avaliação do valor para a contabilização.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulado, quando necessário.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Instalações	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	2 anos
Instrumentos musicais	5 anos
Sistema ar condicionado	2 anos
Brinquedos temáticos	2 a 5 anos
Marcas e Patentes	5 anos
Software	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

f. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g. Benefícios a empregados

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Doações de bens e direitos a apropriar

Os bens recebidos (imobilizado e intangível) em doação ou aqueles adquiridos com recursos oriundos de projetos incentivados (Lei Rouanet) ou do contrato de gestão são contabilizados observando o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. Segundo a referida norma, a receita de doação relacionada a ativo depreciable deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem ou direito e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito da depreciação registrada como despesa no resultado.

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

k. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2017 a Entidade registrou o montante de R\$ 11 referente a trabalhos voluntários (R\$ 8 em 2016).

l. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº15.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Entidade estão mencionadas abaixo. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Entidade em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Entidade detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Entidade fará no futuro, no entanto, a Entidade considera que os novos requerimentos de classificação dos ativos e passivos financeiros não terão impactos significativos na sua mensuração.

IFRS 15 - Recetia de contrato com clients (Revenue from Contracts with Customers)

A IFRS 15 (CP C47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

As receitas da Entidade incluem principalmente, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público para execução do objeto do Contrato de Gestão, as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição e parcerias com agentes culturais, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Entidade não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Entidade não efetua operações de arrendamento, não havendo assim impacto nas Demonstrações Financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Recursos vinculados a projetos

	2017	2016
Caixa	5	5
Banco conta movimento	164	25
Aplicações financeiras	<u>14.767</u>	<u>11.477</u>
	<u>14.936</u>	<u>11.507</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 86% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (92% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2016).

5 Ativo imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada		Líquido
			2017	2016	
Instalações	20%	3.613	(3.565)	48	355
Móveis e utensílios	10%	2.224	(1.348)	876	985
Máquinas e equipamentos	20%	3.579	(2.530)	1.049	766
Equipamentos de informática e comunicação	20%	1.369	(1.334)	35	47
Benfeitoria em imóveis de terceiros	50%	8.358	(7.994)	364	283
Instrumentos musicais	20%	524	(457)	67	95
Sistema ar condicionado	50%	522	(522)	-	-
Brinquedos temáticos	50% a 20%	14.913	(12.140)	2.773	3.044
Acervo - projeto de terceiros	20%	174	(86)	88	123
Outros	10% e 20%	1.005	(870)	135	137
Imobilizações em andamento	-	12	-	12	14
Total		36.293	(30.846)	5.447	5.849

Movimentação imobilizado

Movimentação do custo	Saldo em	Adições	Baixas	Saldo em
	01/01/2017			31/12/2017
Instalações	3.630	-	(17)	3.613
Móveis e utensílios	2.123	125	(24)	2.224
Máquinas e equipamentos	2.939	657	(17)	3.579
Equipamentos de informática e comunicação	1.346	25	(2)	1.369
Benfeitoria em imóveis de terceiros	7.949	409	-	8.358
Instrumentos musicais	522	15	(13)	524
Sistema ar condicionado	522	-	-	522
Brinquedos temáticos	14.155	771	(13)	14.913
Acervo - projeto de terceiros	174	-	-	174
Outros	983	22	-	1.005
Imobilizações em andamento	14	-	(2)	12
Total	34.357	2.024	(88)	36.293

Movimentação da depreciação	Saldo em	Adições	Baixas	Saldo em
	01/01/2017			31/12/2017
Instalações	(3.275)	(307)	17	(3.565)
Móveis e utensílios	(1.138)	(224)	14	(1.348)
Máquinas e equipamentos	(2.173)	(372)	15	(2.530)
Equipamentos de informática e comunicação	(1.299)	(37)	2	(1.334)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(7.666)	(328)	-	(7.994)
Instrumentos musicais	(427)	(42)	12	(457)
Sistema ar condicionado	(522)	-	-	(522)
Acervo - projeto de terceiros	(51)	(35)	-	(86)
Brinquedos temáticos	(11.111)	(1.038)	9	(12.140)
Outros	(846)	(24)	-	(870)
Total	(28.508)	(2.407)	69	(30.846)
Saldo líquido	5.849	(383)	(19)	5.447

Catavento Cultural e Educacional
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Movimentação do custo	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2016
Instalações	3.630	-	-	-	3.630
Móveis e utensílios	2.122	3	(2)	-	2.123
Máquinas e equipamentos	2.953	43	(57)	-	2.939
Equipamentos de informática e comunicação	1.343	3	-	-	1.346
Benfeitoria em imóveis de terceiros	7.949	-	-	-	7.949
Instrumentos musicais	516	6	-	-	522
Sistema ar condicionado	522	-	-	-	522
Brinquedos temáticos	13.464	683	(4)	12	14.155
Acervo - projeto de terceiros	174	-	-	-	174
Outros	955	28	-	-	983
Imobilizações em andamento	26	-	-	(12)	14
Total	33.654	766	(63)	-	34.357
Movimentação da depreciação	em 01/01/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2016
Instalações	(2.732)	(543)	-	-	(3.275)
Móveis e utensílios	(917)	(222)	1	-	(1.138)
Máquinas e equipamentos	(1.754)	(463)	44	-	(2.173)
Equipamentos de informática e comunicação	(1.211)	(88)	-	-	(1.299)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(6.021)	(1.645)	-	-	(7.666)
Instrumentos musicais	(352)	(75)	-	-	(427)
Sistema ar condicionado	(522)	-	-	-	(522)
Acervo - projeto de terceiros	(16)	(35)	-	-	(51)
Brinquedos temáticos	(10.207)	(908)	4	-	(11.111)
Outros	(826)	(20)	-	-	(846)
Total	(24.558)	(3.999)	49	-	(28.508)
Saldo líquido	9.096	(3.233)	(14)	-	5.849

6 Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

	Saldos em 31/12/2016	Valores recebidos / repasses	Captação de recursos e outros créditos	Rendimentos financeiros	Transferências	Devoluções	Outras movimentações	Consumo e imobilizações	Saldos em 31/12/2017
Contrato de gestão Catavento 07/2012 (a)	10.795	8.653	2.899	726	(9.119)	-	85	(14.054)	(15)
Contrato de gestão Catavento 02/2017 (a)	-	721	720	21	9.119	-	363	(1469)	9.475
Contrato de gestão das Fábricas 01/2016 (b)	4.916	32.080	1.341	563	-	-	161	(31.571)	7.490
Convênio-Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos- FID (c)	80	185	-	2	-	-	-	(267)	-
Total	15.791	41.639	4.960	1.312	-	-	609	(47.361)	16.950
(-)Obrigações com o Estado- Imob./Intang/Biol	(6.032)	-	-	-	-	-	-	420	(5.612)
Projetos a executar	9.759	41.639	4.960	1.312	-	-	609	(46.941)	11.338

- **Valores recebidos/captados** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
- **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar.
- **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.
- **Outras movimentações** - referem-se principalmente a benfeitorias recebidas em doação oriundas de projetos incentivados (doação de bens a apropriar), sendo a receita relacionada a esse ativo depreciable, reconhecida no resultado ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação.

- (a) **Contrato de Gestão - Catavento 07/2012**
Em 22 de dezembro de 2012, a Entidade (contratada) firmou com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, Contrato de Gestão pelo período de 59 meses a partir de 1º de janeiro de 2013, através do Contrato de Gestão 07/2012 com valor global de repasses estimado em R\$ 51.968 para o período, podendo ser renovado, depois de ser demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas.
- Durante o período do contrato, a Entidade recebeu do Estado recursos financeiros para o fomento e a operacionalização da gestão e da execução das atividades e serviços a serem desenvolvidos no “Espaço Cultural e Educacional da Criança/Museu Catavento”. Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais, e a falta de alcance dos mesmos pode gerar penalidades à Entidade. Durante o exercício de 2017, a Entidade recebeu R\$ 8.653 (R\$ 8.651 em 2016). A Entidade possui permissão de uso para o imóvel onde está instalada, conhecido como Palácio das Indústrias, pelo prazo de vigência do contrato, e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva do referido imóvel.
- Em 29 de novembro de 2017, a Entidade (contratada) renovou o contrato firmado com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por meio do Contrato de Gestão 02/2017 com vigência até 30 de novembro de 2022, com valor global de repasses estimado em R\$ 49.632 para o período. Durante o exercício de 2017, a Entidade recebeu R\$ 721 decorrentes do Contrato de Gestão.
- (b) **Contrato de Gestão - Catavento 01/2016**
Em 21 de fevereiro de 2016, a Entidade (contratada) firmou com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura, o Contrato de Gestão 01/2016 com vigência até 31 de dezembro de 2020, com valor global de repasses estimado em R\$ 165.958 para o período.
- Durante o período do contrato, a Entidade recebeu do Estado recursos financeiros para o fomento e a operacionalização da gestão e da execução das atividades e serviços a serem desenvolvidos em cinco unidades denominadas “Fábricas de Cultura Setor A” localizadas nos bairros de Sapopemba, Vila Curuçá, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes e Parque Belém. Essas atividades e serviços são medidos por metas e indicadores de desempenho trimestrais e anuais. Durante o exercício de 2017, a Entidade recebeu R\$ 32.080 (R\$ 18.140 em 2016) decorrentes do Contrato de Gestão. A Entidade administra os imóveis onde estão instaladas as Fábricas de Cultura do Setor A, pelo prazo de vigência do contrato, e em contrapartida, é responsável pela operação, manutenção preventiva e corretiva dos referidos espaços.
- Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:
- i. Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias;
 - ii. Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
 - iii. Doações de entidades nacionais; e
 - iv. Rendimentos de aplicações financeiras
- Por força do Contrato de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados.
- Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2017 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), sendo aprovados em 19 de junho, 21 de agosto e 28 de novembro de 2017, e para a Unidade de Formação Cultural (UFC) da Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados em 18 de agosto, 29 de agosto e 21 de novembro de 2017, respectivamente. A prestação de contas referente aos relatórios de atividades anuais será enviada em 28 de fevereiro de 2017.
- (c) **Convênio - Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID**
Em 24 de setembro de 2013, a Entidade (contratada) firmou com o Governo do Estado de São Paulo (contratante), por intermédio do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID, Termo de Convênio pelo período aproximado de 18 meses a partir de 24 de setembro de 2013, com valor global de repasses estimado em R\$ 1.197 para o período, podendo ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do seu objeto, até o limite de 60 (meses), mediante termo aditivo.
- Em 27 de abril de 2016, foi celebrado o 1º (primeiro) aditamento ao Convênio FID - Processo SJDC nº 275.025/2010, sendo a cláusula oitava alterada para o prazo de vigência do convênio para 40 meses, a contar da data da assinatura.
- Durante o período do convênio, a Entidade recebeu do Estado recursos financeiros para execução do projeto “Valorização Histórica do Palácio das Indústrias”, como símbolo do dinamismo da capital paulista no início do século XX. Essas atividades e serviços são medidos por consonância com o Plano de Trabalho e seu cronograma físico-financeiro e relatórios trimestrais de execução, e a falta de alcance dos mesmos podem gerar penalidades à Entidade. Durante o exercício de 2017, a Entidade recebeu R\$ 184 (R\$ 183 em 2016), decorrentes do Convênio.

7 Contingências

O Catavento reconhece a provisão para riscos civis e trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 2017, a Entidade não figura como reclamada em 20 ações de natureza trabalhista (7 em 2016). Foi registrado como provisão, o valor de R\$ 1.100 (R\$ 198 em 2016), relativo ao risco trabalhista classificados pelos assessores jurídicos como risco de perda provável, considerado

suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Para os riscos acima existem depósitos judiciais que totalizam R\$ 19 (R\$ 18 em 2016), a Entidade não possui processos com probabilidade de perda possível.

8 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

9 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

10 Receitas operacionais

	2017	2016
Recursos governamentais - gestão Fábricas 01/2016	29.668	25.093
Recursos governamentais - gestão Catavento	10.428	8.737
Recursos governamentais - gestão Catavento 02/2017	728	-
Recursos governamentais - gestão Fábricas	-	4.888
Recursos governamentais - gestão Fábrica Belém	-	2.861
Convênio- Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos- FID	264	710
Rendimentos financeiros	1.312	2.058
Bilheteria	1.105	1.097
Locação de espaço	463	333
Captações e Parcerias (v)	3.289	825
Outras	104	146
	<u>47.361</u>	<u>46.748</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advinda de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como bilheterias, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

(v) Em 2017 houve a captação de novos projetos incentivados para as exposições, sendo: R\$ 686 Exposição - “Viagem pelas Fragrâncias” - Evento Tempo Indeterminado, R\$ 528, “Exposição Desafio Exploradores NAT Geo Kids”, R\$ 255 “Teatro o Fabuloso Mundo das Descobertas” e demais projetos no valor de R\$ 1.820.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

11 Despesas com pessoal

	2017	2016
Salários	13.297	13.908
Encargos sociais	6.101	6.841
Benefícios	3.400	2.998
Férias e 13º salário	2.870	3.034
Estagiários	1.172	1.089
Outras despesas	494	845
	27.334	28.715

12 Despesas gerais

	2017	2016
Prestadores de Serviços	5.183	5.421
Despesas administrativas	2.765	2.704
Programa de serviço educativo e projeto especial (a)	1.886	1.550
Conservação, segurança e manutenção predial	1.288	934
Programa Exposição e Programa Cultural (b)	1.121	689
Programa de Comunicação (c)	457	293
Programa Acervo/Conservação Documentação/Pesquisa (d)	57	69
Outras despesas	30	71
	12.787	11.731

A seguir apresentamos a composição das despesas gerais das principais atividades da Entidade:

	Programa de serviço educativo e projeto especial (a)		Programa Exposição e Programa Cultural (b)		Programa de Comunicação (c)		Programa Acervo/Conserv /Doc/Pesq (d)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Transportes	90	42	286	325	-	-	-	-
Lanches e refeições	750	612	99	17	-	-	-	-
Gráfica e material de comunicação	-	-	-	-	306	245	-	-
Assessoria de imprensa e publicações	-	-	-	-	24	26	-	-
Manutenção técnica e instalações	471	422	-	-	-	-	-	3
Manutenção de instrumentos musicais	139	132	-	-	-	-	-	-
Produção e divulgação	134	122	406	337	-	-	-	-
Material de consumo	35	-	-	-	-	-	-	-
Exposições	-	-	300	-	-	-	-	-
Acervo bibliográfico	-	-	-	-	-	-	30	27
Outras despesas	267	220	30	10	127	22	27	39
	1.886	1.550	1.121	689	457	293	57	69

13 Patrocínio e gratuidades recebidas

	2017	2016
Patrocínio de serviços - Pessoa Jurídica (b)	2.784	403
Restauração e conservação de elementos arquitetônicos (a)	266	759
Cessão de espaço	206	353
Doação acessórios - Fábricas de Cultura	134	29
	<u>3.390</u>	<u>1.544</u>

- (a) As Gratuidades com restauração e conservação referem-se a execução do projeto “Valorização Histórica do Palácio das Indústrias”, que tem como objetivo a preservação dos elementos arquitetônicos de sua infraestrutura, apresentando a história da cidade através de sua arquitetura. As obras contaram com recursos da Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, através do Fundo de Interesses Difusos (FID).

As receitas correspondentes estão registradas na linha de Recursos Governamentais - Contrato de gestão.

- (b) Os patrocínios referem-se as parcerias realizadas com entidades públicas ou privadas. No exercício de 2017 houveram duas grandes parcerias, uma com o Instituto Grupo Boticário, que teve como objetivo a criação do acervo sobre a história do perfume, espaço denominado “O Mundo dos Perfumes” e a parceria com a Fox Latin American Channels, empresa responsável pela programação de canais de televisão por assinatura, que teve como objetivo a veiculação de anúncios publicitários sobre o Museu Catavento.

14 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);

- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

15 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2017 e 2016.

16 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

17 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 43.000 e R\$ 18.000 para responsabilidade civil (R\$ 116.326 e R\$ 5.100 em 2016 respectivamente).

* * *

Sebastião Alberto Lima
Diretor Executivo

Rogério Gerlah Paganatto
CRC 1SP131987/0-3